

QUESTÕES ÉTNICAS RACIAIS FRENTE À EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO JUNTAMENTE COM O ASSISTENTE SOCIAL

RACIAL ETHNIC ISSUES IN FRONT OF BRAZILIAN EDUCATION: THE PERFORMANCE OF THE PEDAGOGUE WITH THE SOCIAL ASSISTANT

Igor Junqueira Cabral¹
Lissandra Silva Faria²
Luziene da Silva Gomes³

RESUMO: Percebe-se um, certo, distanciamento das ações do assistente social nas escolas. A partir disso surge a seguinte questão: em que medida o assistente social é chamado a intervir na educação brasileira? E qual o seu papel frente às relações étnicas raciais? Esse trabalho foi desenvolvido visando abordar a perspectiva de atuação escolar pelo profissional de Pedagogia e Serviço Social e as relações étnicas raciais. Diante do proposto objetivamos destacar quais as contribuições que os profissionais de Pedagogia juntamente com o Serviço Social podem proporcionar para a educação e as relações raciais. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que se consolidou por meio da leitura e análise de livros e artigos científicos. O estudo justifica-se, concomitantemente, pela necessidade de apresentar o contexto escolar como âmbito de atuação do profissional de Serviço Social atuando juntamente com o pedagogo, bem como de explicitar suas contribuições no processo educacional. Compreendeu-se que sendo a escola, palco de diversas relações sociais, bem como de uma estreita relação com a família, tal ambiente pressupõe a maior performance do pedagogo com atuação conjunta do profissional de Serviço Social.

Palavras-Chave: Educação. Pedagogia. Relações raciais. Discriminação. Serviço Social.

ABSTRACT: There is a certain distance from the actions of the school's social worker, focusing on the black minority. From this, the following question arises: to what extent is the social worker called to intervene in Brazilian education?

¹ Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC- GO. Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Brasília de Goiás - UniBRASÍLIA. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás – UEG. Especialista em História Cultural pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais-INTERVALE. Psicopedagogo Clínico e Institucional, Email: professorcabral.brasil@gmail.com

² Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual de Goiás-UEG. Email: lissandra_faria@hotmail.com

³ Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual de Goiás-UEG. Email: luziene4@hotmail.com

And what is your role in relation to ethnic racial relations? This work was developed aiming to approach the perspective of school performance by the Pedagogy and Social Service professional and ethnic racial relations. Given the proposal, we aim to highlight what contributions Pedagogy professionals together with Social Work can provide to education and race relations. The methodology used was bibliographic research, which was consolidated through the reading and analysis of books and scientific articles. The study is justified, concomitantly, by the need to present the school context as a scope of action for the Social Service professional working together with the pedagogue, as well as to explain their contributions in the educational process. It was understood that since the school is the stage for several social relations, as well as a close relationship with the family, such an environment presupposes the greatest performance of the pedagogue with the joint performance of the Social Service professional.

Keywords: Education. Pedagogy. Race relations. Discrimination. Social service.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é formada por diferentes grupos étnico-raciais sendo considerada uma das mais pluriculturais no mundo. Entretanto, sua trajetória é marcada por desigualdades e discriminações, grupos étnicos invisibilizam-se de maneira involuntária, margeando a sociedade que ocupa as cidades brasileiras. Esta minoria abstém-se forçadamente de projetos voltados ao desenvolvimento econômico, político e social, onde na periferia brasileira (cidades, campo) estes sujeitos camuflam-se diante dos retrocessos sociais e se tornam invisibilizados não detendo vossos de lugares de fala.

A população negra após a abolição, não teve seu espaço social garantido, tampouco percebe-se uma narrativa histórica voltada a dar voz a estes sujeitos invisibilizados. Tais ações contribuem para consolidação do paradoxo de que as injustiças cometidas contra essa camada social cessaram com o fim da escravatura.

A análise de algumas bibliografias e dos discursos sobre as relações raciais no Brasil apontam uma gama de conceitos que, por ora, podem reforçar a política das ações afirmativas e da superação da desigualdade racial, ora

podem fortalecer o sistema dominante e a manutenção do *status quo*⁴. Apesar das lutas crescentes, das reivindicações, do movimento negro e das ações afirmativas em busca de uma resignificação da questão racial no Brasil, a contribuição da profissão do assistente social para a produção do conhecimento acerca dessa temática permanece ainda hesitante.

Segundo a análise de vários teóricos educacionais, apontam que a escola é um lugar de socialização e interação. Nesse ambiente, é onde as relações sociais vão se solidificar. Sabe-se que no Brasil a atuação do assistente social no ambiente escolar é reduzida se pautando somente na observação. E para Rodrigues (2013 et al Fagundes 2015) o motivo da reduzida atuação desse profissional, dentro da educação pública, é devido a falta de leis que garantam a sua entrada e permanência.

Vale ressaltar que na atual situação do sistema educacional as transformações no currículo e no curso de Pedagogia, transformando os conceitos dos ambientes formais das escolas para também os espaços não formais, ou os chamados “novos espaços” em que a educação está atuando, porém, neste vamos destacar a atuação desse profissional conjunto ao assistente social para uma melhor e mais inclusiva educação.

1. O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A sociedade brasileira, desde sua formação, é constituída por uma diversidade étnica e cultural, a qual deve ser contemplada no espaço escolar, para que se reconheça a pluralidade das vivências dos diferentes grupos sociais da comunidade, onde a escola está inserida. Contudo cabe avaliar acerca do papel da escola na sociedade brasileira.

A educação deveria constituir um instrumento para viabilizar ao homem, discernimento para fazer suas escolhas a partir da democracia e da liberdade. Saviani (2000) relata que ela exerce também a função de instrumento de manipulação e homogeneização do pensamento de acordo com a perspectiva dos dominantes.

⁴ ‘o estado das coisas’, refere-se a organização social das comunidades (urbanas, rurais, tribais).

Freire (1987) preceitua que a escola, enquanto uma instituição social é um dos espaços privilegiados de formação e informação, em que a aprendizagem dos conteúdos deve estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, ou seja, relacionada ao cotidiano dos alunos, desde o aspecto local ao global. Assim, ela além de possibilitar aos alunos a apropriação dos conteúdos de maneira crítica e construtiva, precisa valorizar a cultura de sua própria comunidade, contribuindo para o exercício de cidadania.

Escola, cultura e sociedade são um trinômio que se relacionam, ou seja, é através da escola que se promove a formação do indivíduo crítico e construtivo que agindo em seu meio social constrói a cultura da humanidade. De acordo com Gonçalves (2011) o contexto escolar representa um lócus sobre o qual se poderá ampliar o campo de atuação profissional do profissional de Serviço Social, no qual ele estará diretamente ligado às lutas sociais travadas não só pelos docentes como pelos discentes, ainda que imperceptíveis aos olhos de muitos.

Contudo, nota-se que relações sociais permeiam o ambiente escolar, podendo em determinados momentos serem até conflituosas. Assim visualiza-se um campo em que a atuação do profissional de Serviço Social é fundamental. Nesta perspectiva ele deve estabelecer intercâmbios com os demais sujeitos (professores, alunos, familiares, entre outros), obtendo conhecimentos que norteiem o processo de intervenção conforme destacado por meio da citação exposta a seguir.

Conforme afirma Jodelet (1989, p. 36 *apud* Moysés, 2000, p. 46) uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, tendo um objetivo prático concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Trata-se, conforme se observa, de construções mentais por nós elaboradas a partir do real, que objetivam a interpretação e reelaboração desse próprio real; diferentemente da representação mental, tomada no sentido clássico (imagem mental que o indivíduo faz de uma realidade concreta), porque a sua produção se enraíza no social.

Fica evidente que a escola tem um papel social abrangente a cumprir e para tanto devem contribuir todos os profissionais, em especial os professores,

pedagogos que diante de seu contato constante com alunos e familiares torna-se parceiro do profissional de Serviço Social, em especial na mediação deste com o aluno.

Por meio das contribuições de Cunha (1989) compreende-se que atuando na consecução do papel social da escola, o professor ao fixar um conteúdo não deve simplesmente repetir o que foi dado, deve colocar de maneira que o aluno use em conjunto com outros conteúdos aprendidos não gerando cansaço nos alunos, desaprovando-os.

Deste modo, cabe ao professor o relevante papel social dentro do âmbito escolar, o que abrange não só o desenvolvimento do indivíduo como o contexto social e cultural no qual ele está envolvido.

A função socializadora da escola remete a dois aspectos segundo Brasil (1997, p. 31): o desenvolvimento individual e o contexto social e cultural. É nessa dupla determinação que os indivíduos se constroem como pessoas iguais, mas, ao mesmo tempo, diferentes de todas as outras. Iguais por compartilhar com outras pessoas um conjunto de saberes e formas de conhecimento que, por sua vez, só é possível graças ao que individualmente se pode incorporar. Não há desenvolvimento individual possível à margem da sociedade, da cultura. Os processos de diferenciação na construção de uma identidade pessoal e os processos de socialização que conduzem a padrões de identidade coletiva constituem, na verdade, as duas faces de um mesmo processo.

O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar deste milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos.

Vivemos numa era marcada pela competição pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Libâneo (1998) ressalta que tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país.

Anteriormente foi feita uma breve caracterização do cenário atual, que conforme foi destacado pressupõe uma ação orientada da escola no sentido de suprir demandas sociais novas com vistas a contribuir para o desenvolvimento

holístico do educando, o que ressalta a relevância dos aspectos destacados no parágrafo a seguir.

Gonçalves (2011) ressalta que a educação é entendida como um conjunto de ações que geram meios para o exercício da vida social pelo educando. Ela apresenta uma totalidade histórica fundamentalmente permeada por relações sociais, que muitas vezes são antagônicas. Considerando tais características o ambiente educacional se constitui em um campo de atuação profissional para o profissional de Serviço Social atuar diretamente junto com o professor, bem como juntos podem estabelecer um laboratório dinâmico para a aplicação de suas técnicas.

Na perspectiva de construção de cidadania, Brasil (1997) ressalta que a escola precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade.

O processo ensino-aprendizagem deve ser avaliado nestes moldes. Ou seja, através de diagnosticar possíveis falhas no processo pedagógico e desta forma capacitar o professor a realizar um trabalho educativo de acordo com as necessidades e capacidades dos alunos. Avaliar o processo ensino-aprendizagem é bem mais do que medir a quantidade de conhecimentos que os alunos absorveram. É analisar as condições sócio-ambientais em que os alunos estão inseridos e seu comportamento diante de determinadas situações. E analisar se o aluno, tendo abertura para participação nas aulas, realmente demonstra interesse em colaborar para seu crescimento e dos colegas.

A realidade da educação hoje, não é mais a que se viu no passado, no qual a apresentação de um simples cartaz era uma metodologia admirável. Com a evolução tecnológica muitos indivíduos têm contatos constantes com várias tecnologias (tv, vídeo, aparelhos de som, internet e outros). Desta forma que a escola não fornece estes equipamentos para que o professor possa incorporá-los em seu trabalho, o trabalho pedagógico está condenado à defasagem, pois, recursos como cartazes e o quadro-giz já não envolvem mais a sociedade tridimensional.

A concepção histórico-social, ao conceber a educação como produto do desenvolvimento social e determinada pela forma de relações sociais de uma dada sociedade, põe-se como crítica radical à educação individualista. O vínculo da prática educativa com a prática social global faz vir à tona o fato de ela subordinar-se a interesses engendrados na dinâmica de relações entre grupos e classes sociais. Libâneo (1998) ressalta que nessas condições, a educação tende não só a ser representativa dos interesses dominantes (consolidados pela ação do Estado), como também a ser transmissora da ideologia que responde a esses interesses.

Nesta perspectiva entender a educação como mero ajustamento a expectativas e exigências da sociedade existente significa desconhecer a constituição histórico-social do conceito de educação. A educação nunca pode ser a mesma em todas as épocas e lugares devido a seu caráter socialmente determinado. As normas sociais, os valores, os modelos de vida, de trabalho e de relações entre as pessoas, correspondem a modelos socialmente dominantes encarnados pelas classes que detêm maior poder econômico e político.

O debate sobre a educação é sempre de grande relevância para a sociedade, em seus múltiplos aspectos, qualidade do ensino, qualificação dos profissionais, métodos de aprendizagem entre outros. Porém fenômenos como: violência, consumo de drogas, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas, violência doméstica, têm feito parte dos temas que permeia a educação, - ressaltamos que se engana quem acredita que esses são problemas presentes apenas em escolas públicas – e vêm mobilizando diferentes atores em busca de alternativas que auxiliem no enfrentamento desses problemas. Diante disso, o que temos presenciado na atualidade é uma expansão da preocupação com o social. Profissões que antes não sofriam no seu fazer profissional suas consequências, agora se deparam com essa realidade cotidianamente e buscam compreender melhor seus fenômenos (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 3).

Na sociedade da informação, a escola deve servir de bússola para navegar nesse mar do conhecimento, superando a visão utilitarista de só oferecer informações "úteis" para a competitividade, para obter resultados. Deve oferecer

uma formação geral na direção de uma educação integral. O que significa servir de bússola? Significa orientar criticamente, sobretudo as crianças e jovens, na busca de uma formação que os faça crescer e não embrutecer.

A educação contemporânea busca a construção autocrítica dos educandos, e neste cenário o papel do professor sofre uma reconfiguração. Ou seja, ele passa a ser tanto aprendiz como os alunos, o que o diferencia é o fato de sua cultura ser enfatizada em mais anos de vivência.

De acordo com o ponto de vista crítico-social sobre a educação em sentido amplo a educação compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, seja eles intencionais ou não intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. Integra, assim, o conjunto dos processos sociais, pelo que se constitui com uma das influências do meio social que compõe o processo de socialização. De acordo com Libâneo (1998) em sentido estrito, a educação diz respeito a formas intencionais de promoção do desenvolvimento individual e de inserção social dos indivíduos, envolvendo especialmente a educação escolar e extraescolar.

Neste sentido pode-se compreender que a educação enquanto atividade intencionalizada, é uma prática social cunhada como influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação ativa com o meio natural e social tendo em vista, precisamente, potencializar essa atividade humana para torná-la mais rica, mais produtiva, mais eficaz diante das tarefas da práxis social postas num dado sistema de relações sociais.

Diante da responsabilidade de formar alunos mais críticos e reflexivos é importante que o professor também tenha seu senso crítico e reflexivo aguçado, não aceitando passivamente as imposições da ideologia dominante. Segundo Weisz (2002) se o olhar do professor está suficientemente informado ele pode tomar decisões importantes, seja na formação das parcerias entre alunos, seja nas questões que ele mesmo propõe no desenrolar da atividade.

A autora relata que de uma perspectiva construtivista, o conhecimento não é concebido como uma cópia do real, incorporado diretamente pelo sujeito, pressupõe uma atividade, por parte de quem aprende, que organiza e integra os novos conhecimentos aos já existentes. Isso vale tanto para o aluno quanto para o professor em processo de transformação.

O exercício da cidadania exige o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável na vida social. O domínio da língua falada e escrita, os princípios da reflexão matemática, as coordenadas espaciais e temporais que organizam a percepção do mundo, os princípios da explicação científica, as condições de fruição da arte e das mensagens estéticas, domínios de saber, tradicionalmente presentes nas diferentes concepções do papel da educação no mundo democrático, até outras tantas exigências que se impõem no mundo contemporâneo.

De acordo com Saviani (2000) a educação e a sociedade são dinâmicas que se relacionam-se incessantemente. Nesse cenário o professor tem a responsabilidade de transformar cada aluno em um ser capaz de compreender seu papel no mundo.

Contudo, verifica-se que a educação como um meio social possui tanta dinamicidade como a própria sociedade, tendo que adequar normas e metodologias constantemente.

Gonçalves (2011) destaca que a escola é um ambiente permeado por conflitos, limites e possibilidades. Desta forma vislumbra-se um rico ambiente de atuação do profissional de Serviço Social, cuja formação e capacitação o provém de conhecimentos que lhe permite atuar junto a realidades conflitantes e instáveis, nas quais podem atuar de forma harmonizadora por meio da conscientização do papel de cada uma e da forma correta de lutar pelos direitos institucionalmente garantidos.

Em continuidade às discussões destinadas a explicitar a relevância do profissional de Serviço Social no âmbito escolar procurou-se nesse capítulo delinear o papel social da escola em face das mudanças pelas quais tem passado a sociedade contemporânea. Nota-se que a escola como meio de relações sociais é passível de vários conflitos, o que reforça a importância do citado profissional.

A educação desse pedagogo deve transitar por vários campos de estudos, para que o mesmo possa experimentar suas várias possibilidades de conhecimento, entre elas: histórico, antropológico, filosófico, ambiental-ecológico, psicológico, político, sociológico, econômico, cultural e outros. Assim

nota-se a grande importância do trabalho conjunto destes dois profissionais nesta temática dentro o ambiente escolar.

2. AS QUESTÕES ÉTNICOS RACIAIS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira ao longo dos anos foi marcada pela exclusão e da domesticação do ensino. A chegada dos portugueses deu início à introdução e invasão de múltiplos costumes, e supressão de outros. Houve imposição destinada aos habitantes nativos, onde aboliram os costumes e culturas locais em vantagem à cultura eurocêntrica dominante que se instalará, caracterizando o homem branco como heróis da civilização, cujas narrativas tangem-se pela ótica dominante e unilateral.

No decorrer da história brasileira não é difícil encontrar vestígios da lógica escravagista, domesticadora e comprometida em manter uma educação com viés de subalternidade. Desde a gênese do processo educativo sistematizado no Brasil as ações anti-dialógicas se fizeram presentes, e no decorrer dos séculos não foi muito diferente (FAGUNDES, 2015 p.2-3)

Para Fagundes (2015) que esteve inserida no espaço escolar e agora atuante no serviço social afirma que é possível perceber as imposições presas nas práticas docentes geralmente disfarçadas nos livros didáticos, com ideias preconceituosas e classificantes. Narrativas contendo os mesmos heróis, distribuído nas páginas dos livros e compartilhados nas escolas para a construção da história do Brasil. Porém segundo Fagundes (2015) muitos professores não identificam as imposições subliminares e mascaradas nas teorias, nos currículos e em sua formação em que são responsáveis pela construção do conhecimento.

A experiência como docente possibilitou perceber o quanto a riqueza dos múltiplos conhecimentos das diferentes áreas promove a ação dialógica. Como o docente sentia dificuldade em atuar numa perspectiva multi e transdisciplinar, pois a escola ainda não fez a lição de casa, ainda desarticula o saber e transforma-o em compartimentos de saberes. (FAGUNDES, 2015 p.4)

Para Fagundes (2015) O currículo poderá ser o instrumento de emancipação ou de domesticação da escola, e se faz urgente a construção de um currículo emancipador, crítico e politizado, no seio da escola, que garanta direitos, em uma escola plural, emancipada e dialógica.

O currículo é a representação de todas as ações que se realizam no espaço escolar podendo romper com a ação antidialógica ou com a manutenção dela, devendo ele ser construído pela multiplicidade de diferentes autores, constituindo a percepção e a intenção de cada segmento, de cada profissional, criança, adolescente, familiares da comunidade escolar, inclusive de um assistente social.

Nesse momento não há como negar a importância da construção coletiva do currículo. E que se torna urgente refletir além de um espaço não-escolar. Fagundes (2015) percebe a necessidade do assistente social para a construção política, crítica e emancipadora desse documento que é a própria escola: o currículo. São muitas as práticas escolares que apagam as atividades de construção dialógica, politizada e contextualizada, bem como são raros as ações didático-pedagógicas que possibilitam a construção de projetos.

2.1. A LEI 10.639/03, A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTES

No ano de 2013 a lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de História da África e dos negros no Brasil em todo o currículo dos sistemas de ensino, completou 10 anos. A lei foi regulamentada pelo parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Africanas. Em 2008, a lei foi modificada, sendo acrescida a obrigatoriedade da história indígena no Brasil (lei 11.645/08).

A escola, ao assumir a valorização da cultura étnico-racial, ressalta que é importante desenvolver a convivência e a socialização por meio da diversidade, configurada nos contextos frente à construção de uma identidade na qual haja uma ponte entre as multiculturas, formando sujeitos conscientes de seu pertencimento e à diversidade cultural em todos os seus aspectos,



objetivando fomentar a cultura da inclusão e da equidade. Por isso, a Lei 10.639/03 que altera a Lei 9.394/96, estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica e o Parecer Nº1/4 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e sugere a formação continuada aos docentes sobre o assunto. De acordo com Souza e Croso (2007, p. 21), a Lei 10.639/03 objetiva assegurar e valorizar a diversidade cultural, pois a escola precisa acolher conhecer e valorizar outros vínculos históricos e culturais, refazendo repertórios cristalizados em seus currículos, em projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, promovendo uma educação de qualidade a todos, com o objetivo de desvelar posturas e comportamentos, em que os indivíduos passem a refletir sobre a História, a cultura e a identidade racial.

O reconhecimento da cultura africana vem como superação do racismo e do preconceito ainda muito presente em nossa sociedade. É a luta do Movimento Negro para o reconhecimento de injustiças e erros históricos cometidos ao longo dos anos contra a população afrodescendente.

É a luta pela cidadania e da democracia para todos. E tem como grande vitória a implementação da Lei 10.639/03, que vem dar voz aos excluídos e valorizar uma cultura tão rica e formadora da identidade do povo africano e seus descendentes. O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe somente a população negra, diz respeito a toda a população brasileira como uma forma do cidadão reconhecer-se pertencente e participante de uma sociedade rica em diversidade e que caminha para ser verdadeiramente democrática. Devemos destacar que a Lei 10.639/03 não inclui somente novos conteúdos e também provoca um repensar sobre as relações sociais e étnico-raciais, assim como uma reflexão sobre os procedimentos de ensino, as ações pedagógicas e os objetivos da educação nas instituições escolares.

É um novo olhar e uma mudança de postura sobre a história afro-brasileira. É uma mudança nas práticas pedagógicas para que se reverta à visão estereotipada sobre a população negra. Esta Lei é uma ação afirmativa com o intuito de resgatar a memória e contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

O Ministério da Educação (MEC) define ações afirmativas como “[...] o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente” (BRASIL, 2015, p.1). As ações afirmativas têm como objetivo eliminar as desigualdades seja de raça, etnias, religiões, gênero, etc. Não buscam favorecer somente um grupo específico e sim a todos os indivíduos que, de alguma forma, foram discriminados historicamente dando equidade a sociedade.

Cabe assinalar que as políticas de reparação, valorização e reconhecimento constituíram programas de ações afirmativas que se destinam a corrigir desigualdades raciais e sociais, dispensando tratamentos diferenciados com o objetivo de corrigir discriminações, desvantagens e a marginalização criada, mantida e sustentada na estrutura social brasileira ao longo dos séculos desde a escravidão no Brasil (BRASIL, 2004).

Podemos reconhecer princípios para a educação das relações étnico-raciais nas diretrizes para a educação dessas relações, são eles: Consciência política e histórica; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e a discriminação. Esses princípios ampliam a percepção crítica dos educandos e educadores acerca da diversidade, das relações entre os diferentes grupos étnicos ampliando a consciência crítica à medida que percebem como essas relações foram se constituindo ao longo do tempo. Favorecem a construção de identidades conscientes e seguras do pertencimento étnico e racial promovendo empatia, solidariedade, alteridade e a superação do preconceito e da discriminação.

De acordo com Carlos Hasenbalg (2005), “como construção ideológica, a democracia racial’ não é um sistema desconexo de representações; está profundamente entrosada numa matriz mais ampla de conservadorismo ideológico, em que a preservação da unidade nacional e a paz social são as preocupações principais.” Assim, o quadro da concordância étnica e racial tem um caráter legitimador apontado para a dissolução das pressões, assim como para a previsão e controle de certas zonas de choque social.

Não obstante, perceber que a “democracia racial” no Brasil é simplesmente uma fantasia. Cabe incentivar novas medidas afim de tornar evidentes os problemas causados pela marginalização e exclusão destes

sujeitos, sendo que configura-se um dos espaços de surgimento do racismo, preconceito e discriminação racial é a instituição escolar.

3. A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO RACIAL NA FORMAÇÃO DO DOCENTE E NO ÂMBITO ESCOLAR

Com a implantação da Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996 e a lei 10.639/03 o Brasil visa uma mudança radical onde prevalece a democracia com importância nos direitos e deveres do cidadão brasileiro. Surge então a falta de um conjunto de ideias que direcione projetos que valorizem a cultura afro-brasileira e africana e como a questão étnica racial deve ser inserida no ambiente escolar.

Foram então criada a partir de pesquisas e questionários entregues a pais de alunos, professores que abordam as questões raciais, militantes e grupo de movimentos negro as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana” (BRASIL, 2004), afim de que o docente em suas práticas educativas oriente os educandos a reconhecer o negro como cultura nacional, que ele saiba lidar com o racismo e a discriminação e que sejam capazes de reconstruir a convivência social entre os variados grupos étnicos presentes na sociedade e no ambiente escolar .

Para que haja uma educação com essa qualificação, é indispensável que o professor precise de uma formação inicial ou continuada que reconstrua e valorize os aspectos históricos, culturais onde os conteúdos trabalhados estejam adequados com a realidade do nosso País e que o aluno se encontre através dos conteúdos apresentados no âmbito escolar.

Vale salientar que o assunto não pede uma mudança de foco, no caso deixando a cultura européia de lado e trazendo só a cultura africana, mas sim entrelaçar os ensinamentos para a pluralidade presente na história do Brasil, isso ajudará e possibilitará uma reflexão entre educador e educando independente da etnia.

É fundamental o papel da escola e do educador para que os educandos se encontrem. Essa mudança prevista na escola começa pelo educador

presente em sala de aula, pois é ele o principal agente de mudança dos seus alunos. O corpo docente precisa se conscientizar, pois, de nada adianta as secretarias promoverem cursos de extensão, vivências ou palestras, sendo que o profissional da educação não abordará os problemas a respeito das questões raciais no cotidiano escolar. O professor precisa ter uma boa relação com seus alunos para que no ambiente escolar o respeito prevaleça maior que os preconceitos.

O interesse pelo reconhecimento deve contemplar a apropriação de abordagens instrutivas e sistemas acadêmicos de valorização da variedade a fim de vencer os desequilíbrios étnico-raciais presentes em todos os graus de escolaridade. Da mesma forma, sugere abordar as relações étnico-raciais médias de uma sociedade diversa, nivelada e inconsistente, que depende de vieses que excluem os negros ao acentuar generalizações, palavras e perspectivas que expressam sua prevalência sobre eles.

Enfim, o que é normal com a efetiva implementação da lei é que os alunos negros assegurem uma atenção plena crônica sobre sua própria personalidade, reproduzam sua imagem de forma positiva, derrotando a vergonha da mediocridade que os abusa e praticando sua cidadania com nobreza.

5. EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

É necessário que as questões étnico-raciais sejam trabalhadas durante todo o ano letivo e de modo transversal em todas as matérias do ensino fundamental e médio, de modo apropriado às diferentes idades, grupos e fases de desenvolvimento e em um âmbito ainda maior do que o professor, por isso a grande importância de outros profissionais se fazer presente no ambiente escolar.

Analisando que a escola é uma das fundamentais instituições sociais nota-se que a intervenção pedagógica, a Equipe Multiprofissional, objetiva-se em estabelecer reflexões e informações acerca da mesma, com evidência na atuação dos profissionais que a compõe: assistente social, pedagogo e

psicólogo, junto à gestão escolar e aos professores. Neste trabalho com destaque para o assistente social e o pedagogo.

De tal modo, o sistema escolar tem constituído e provocado a harmonizar o que é trabalhado em sala de aula com a situação social do aluno (ambiente cultural, social, familiar, além de seus problemas e necessidades).

Por vezes, os professores, igualmente como a coordenação e direção, não têm a concepção e os conhecimentos apropriados para operarem em ocorrências provenientes de problemas pessoais, sociais e psicológicos e quando não tem esses profissionais de lado acabam realizando tarefas as quais não pertence ao seu trabalho.

Assim, torna-se essencial que a escola possa reconhecer as realidades sociais de seus alunos, procurando alternativas que a abordem do mundo familiar, do social e do pessoal de cada aluno.

Para tanto, há a probabilidade de desempenho da Equipe Multiprofissional, composta por profissionais com formação e designação específicas para atender esses tipos de demanda.

O pedagogo aliado ao psicólogo e ao assistente social conclui um círculo apropriado de abranger e permitir o suprimento das precisões dos indivíduos para que advenha o desenvolvimento saudável e harmonioso no ambiente escolar.

Caso o pedagogo auxilie diretamente na medida de aprendizagem instrutiva, o psicólogo dá a compreensão de como ocorre esse ciclo e a compreensão social do aluno, potencializando uma exibição superior do equivalente. O assistente social complementa o pedagogo na medida em que incorpora e explica o ambiente social, fora da escola, onde o aluno está inserido, chamando a atenção para as potenciais causas que impedem a aprendizagem e o caminho a seguir para que, tais entraves, sejam superados.

A capacidade social designada à escola pela sociedade atual vai além da troca de informações verdadeiramente acumuladas, podendo ser “o caminho para realizar a razão de construir integralmente o aluno, de configurá-lo para a atividade de cidadania e fornecer ele com a intenção de avançar no trabalho e nos exames complementares”(LDB, art.22), aborda a preparação dos residentes e a condução para que seu pleno aperfeiçoamento aconteça.

Diante das inúmeras dificuldades e desafios encontrados no clima escolar, sobrecarregando os professores e prejudicando o processo de ensino e aprendizagem, o desempenho do assistente social escolar surge ao encontro das nossas necessidades.

É fundamental que a escola busque meios que possam auxiliar na apresentação de sua capacidade, para que o faça com sucesso, trabalhando em conjunto e dando um ensino de qualidade, e neste cenário a utilização da Equipe Multiprofissional, formada pelos especialistas anteriormente referenciados, permite um trabalho mais abrangente na formação do indivíduo, sendo que seu desempenho abrange para mais a frente dos aspectos pedagógicos, aspectos sociais e psicológicos, indispensáveis quando se trabalha na expectativa da formação plena do cidadão.

A apresentação do pedagogo auxilia de forma direta na medida do aprendizado educativo, o psicólogo dá a compreensão de como ocorre esse ciclo e o arranjo social do aluno, potencializando uma exibição superior do equivalente. O assistente social complementa o círculo à medida que abrange e esclarece o contexto social, fora da escola, onde o substituto está inserido, trazendo à tona as possíveis causas que impedem o aprendizado e o caminho a ser seguido para que tais empecilhos sejam superados.

A escola enfrenta diariamente os desafios em articular o conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com os problemas e necessidades sociais do aluno, por ser ela um dos equipamentos sociais, sendo assim, é de suma importância que a escola conheça a realidade social dos alunos encurtando à distância que a separa do universo familiar.

Na escola surgem vários conflitos por se tratar de um espaço comum, de diversidades, e em desenvolvimento, portanto, merece um olhar diferenciado, para entender as questões que abrangem cada aluno, dando a ele a condição de interagir no meio onde vive e o espaço frequentado que é a escola.

E o olhar diferenciado do assistente social está em se aliar aos demais atores institucionais uma melhor qualidade no ensino e na permanência desses alunos na escola.

Neste contexto, o papel do assistente social nas escolas está em auxiliar a escola e os profissionais, no enfrentamento de questões referentes à sua

formação e do fazer profissional do assistente social, ressaltando que o assistente social dentro da escola não desenvolverá ações substituindo as que já são desempenhadas pelos profissionais tradicionais da área de Educação. Mas ajudando a escola nas questões que muitas vezes a mesma não sabe como intervir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizamos que o trabalho profissional no meio escolar é de suma importância, onde a atuação no meio educativo proporciona perspectivas para o enfrentamento de problemas sociais como baixo rendimento escolar, evasão, desinteresse, indisciplina, insubordinação, vulnerabilidade aos psicotrópicos, agressividade, violência, que em geral são manifestações de outros problemas de natureza social vinculados à má distribuição de renda, falta de oportunidades, miséria e, sobretudo moradia. Ações de combate a esses problemas pressupõem ações conjuntas, envolvendo não só professores como profissionais de áreas diversas, dentre as quais o serviço social apresenta um papel fundamental.

Sendo assim as atribuições do profissional assistente social, juntamente com os educadores, na escola, pode ser elencada da seguinte forma: contribuir para melhorar as condições de vida e sobrevivência dos indivíduos; incluir os sujeitos nos processos decisórios da instituição; ampliar o acesso a informações, em especial as que dizem respeito a direitos e deveres; fortalecer a prática de ações coletivas; contribuir com a capacitação profissional dos professores.

Evidencia-se a grande importância da atuação multiprofissional no ambiente escolar como foi destacada anteriormente, sendo que um profissional complementa o trabalho do outro, contribuindo assim para a importância de o profissional atuar junto aos alunos de forma direta auxiliando os professores.

Desse modo, conclui-se que torna-se preocupante a situação encontrada acerca do processo tardio, que caminha lentamente no Congresso Nacional, no que tange a inserção de multiprofissionais na educação. Em especial o assistente social levando em conta, a compreensão da tramitação

do PL 3688/2000, que desde sua elaboração que foi em 2000, vem se arrastando, sendo aprovado por algumas comissões e por outras não. O CRESS, em uma carta aberta, afirmou que no ano de 2015 foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, no qual estava travado, mas ainda falta passar pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, para que realmente seja sancionada.

Portanto, as apreensões desse novo desafio, de inclusão de multiprofissionais na escola como ênfase no assistente social para atuar com ênfase nas questões étnicas raciais na escola, deveriam reconhecer que essa luta pertence à nação e não especificamente a uma categoria, como citamos a sobrecarga do educador sem estes profissionais presentes no ambiente escolar.

Apesar da perspectiva socioeducativa do trabalho do profissional de serviço social este não pode ser confundido com os dos professores, pois o âmago de sua atuação é fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e processo sócio institucional direcionado ao reconhecimento e validação dos direitos individuais e coletivos.

Logo, com analogia às práticas de racismo, preconceito e discriminação no espaço escolar, a efetivação das propostas de superação está sujeito a conflitos consecutivos por parte de todos os abrangidos no processo de ensino e aprendizagem. O que se acredita é que os educadores revejam suas metodologias e métodos pedagógicos, e, tornem suas atenções para os alunos negros, vítimas de preconceitos e estereótipos eurocêntricos.

A questão não é, portanto, falta de políticas públicas, nem de regras para executá-las, porém de um projeto da sociedade que prevaleça, a partir da concepção de que a escola permanece para acolher a sociedade na qual está implantada, novos formatos de coexistência e respeito necessitam ser construídas

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental.* – Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. (2004). *Parecer nº 3 de 10 de março de 2004. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.*

BRASIL. (2010). *Parecer nº 7 de 04 de abril de 2010. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares nacionais gerais para a Educação Básica.*

BRASIL. (2010). *Resolução nº 04 de 13 de julho de 2010. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.*

BRASIL. *Ministério da Educação. (2003). Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. Balanço da ação do MEC para a implementação da lei 10.639/03, Brasília, 2008.*

CUNHA, Maria Isabel. *O Bom Professor e Sua Prática.* 15 ed. Campinas – SP: Papírus, 1989.

FAGUNDES, Divanir Candido Veloso. *PEDAGOGIA E SERVIÇO SOCIAL DESBRAVANDO A CIDADANIA: A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ARTICULAÇÃO DIALÓGICA DO CURRÍCULO NO ESPAÇO ESCOLAR.* Florianópolis, UFSC, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* São Paulo. Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Amanda Boza; SILVA, Claudia Neves de. *Serviço Social e Educação: possíveis contribuições. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE.* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

JODELET, D. (1989) *Representations sociales: un domaine en expansion. Em, D. Jodelet (Org.) Les Representations Sociales.* Paris: Presses Universitaires de France.

LIBÂNEO, José Carlos. *Os significados da educação, modalidades da prática educativa e a organização do sistema educacional.* In: LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia, Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA. Adriana de Oliveira. *Avaliação escolar: julgamento X Construção .* 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1996

MEC\SECAD.BRASIL. Ministério da Educação. *Contribuições para a implementação da lei 10.639/2003*, Brasília, 2008. Recuperado em 10 out de 2015 de <http://portal.mec.gov.br>.

RODRIGUES, Davi; KREBS, Ruy; FREITAS, Soraia (orgs) *Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais*. Santa Maria, Ed. UFSM, 2005. p. 277.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000.

SCHNEIDER, Gláucia Martins; HERNANDORENA, Maria do Carmo A (orgs). *Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades*. Porto Alegre: CMC, 2012.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila. *Igualdade das relações étnico-raciais na escola. Possibilidades e desafios para implantação da lei 10.639/03*. São Paulo, Peirópolis. 2007.

WEISZ, Telma. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. 2 ed. São Paulo: Atica, 2002.